

Servidores querem mudar o PL 2648

Após greve, categoria garantiu recursos no Orçamento para o reajuste, agora vai lutar para melhorar a proposta e acelerar aprovação



Valcir Araújo

Greve de 2015: uma das maiores da história do Judiciário

Os servidores do Judiciário Federal começam o ano novo com uma luta antiga, que é a recomposição dos salários. Diante da manutenção do veto presidencial ao PLC 28, em novembro de 2015, a categoria agora busca melhorar e aprovar o PL 2648/2015.

O momento político para sua tramitação, entretanto, não é favorável. A discussão dominante no retorno dos parlamentares, em fevereiro, deve ser o processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff (PT), que ganhou novo fôlego com a citação de seu nome na operação Lava Jato, e o pedido de afastamento do presidente da Câmara, Eduardo Cunha (PMDB).

A pauta do governo para o Brasil, totalmente voltada às medidas de ajuste fiscal, com redução de direitos dos trabalhadores para fazer superávit primário para pagar a dívida pública, é outro problema para os servidores do Pju, principalmente porque quem poderia e deveria ser seu principal aliado nessa batalha, o presidente do STF, ministro Ricardo Lewandowski, preferiu “lavar as

mãos” e negou-se a participar de qualquer negociação com os parlamentares.

Mas, os servidores têm a seu favor a força de mobilização que demonstraram na greve do ano passado.

Tramitação

O PL está na Comissão de Finanças e Tributação da Câmara, à espera da designação de um relator, e há um requerimento, pendente de apreciação, para que o texto seja votado em regime de urgência.

“O projeto pode entrar em pauta a qualquer momento; isso depende mais das condições políticas do que do pedido de urgência”, afirma Tarcísio Ferreira, coordenador da Fenajufe e servidor da JT Barra Funda. “A negociação sobre o prazo de votação está diretamente ligada à discussão sobre o texto”, acrescenta, referindo-se às mudanças que a categoria reivindica.

O esforço dos servidores dará continuidade ao que foi feito no final de 2015, ano marcado por uma das maiores greves da história do Judiciário. Dirigentes sindicais e representantes da categoria negociaram com parlamentares e garantiram a inclusão dos recursos para o reajuste no texto da proposta orçamentária de 2016 (PLN 7/2015), aprovada em 17 de dezembro.

Obstáculos

Além dos empecilhos colocados pelo governo e pelo próprio STF, e da postura assumida pelos dirigentes sindicais governistas, o coordenador da Fenajufe e servidor da JF Santos Adilson Rodrigues aponta outros obstáculos que a categoria terá de superar nas negociações do projeto salarial.

Ele menciona, por exemplo, as eleições municipais deste ano (que influem no calendário político) e o ambiente que se criou no Congresso desde que o impeachment da presidente Dilma (PT) se tornou praticamente o “tema único”. “A discussão do impeachment traz turbulência a qualquer esforço de interlocução no

Congresso”, afirma. Para Tarcísio Ferreira, a categoria precisará também ampliar a rede de interlocutores entre os parlamentares.

Entre outras alterações reivindicadas pelos servidores no PL 2648/15 está a redução do prazo de implementação do projeto, de quatro para dois anos, a retirada do artigo que trata do passivo trabalhista de 13,23% como parte do reajuste salarial e o direcionamento do reajuste previsto aos CJs para os salários. “Essas mudanças vão depender da correlação de forças que conseguirmos estabelecer”, afirma o coordenador Adilson Rodrigues.

Fórum dos Federais

Neste final de semana (16 e 17 de janeiro), o Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (SPFs) realiza no Hotel Brasília Imperial uma reunião ampliada para discutir as ações da Campanha 2016 do funcionalismo federal. Janeiro é o mês da data-base dos servidores, que continuam a ter esse direito desrespeitado.

O objetivo do Fórum é definir eixos, pauta, estratégias de ação e calendário, integrando e consolidando a unidade política de ação dos servidores. O tema central da reunião será a defesa dos serviços públicos de qualidade para a população e dos direitos dos servidores.

No dia 22, em São Paulo, as entidades sindicais, populares e estudantis que fazem parte do Espaço Unidade de Ação realizam uma Plenária Sindical e Popular, a fim de discutir o quadro político atual e definir um plano de ação para o próximo período, no enfrentamento às medidas austeras de arrocho provocadas pela pauta de ajuste fiscal. “Precisamos de uma frente que construa uma greve geral em nosso país para derrotar o governo Dilma, a oposição de direita e os patrões e sua política de ajuste fiscal e austeridade pois, somente assim, poderemos superar o arrocho salarial imposto aos trabalhadores, seja da iniciativa privada ou do serviço público no Brasil”, defende Inês Leal, servidora da JT Barra Funda e diretora do Sintrajud.

Sintrajud prepara ações individuais pela VPI

Ainda dá tempo de se filiar ao Sindicato e obter assistência jurídica para pleitear o passivo da Vantagem Pecuniária Individual

O Sindicato está entrando com ações individuais para quem ainda não garantiu o direito à incorporação da Vantagem Pecuniária Individual (VPI) de 13,23% ou não faz parte da ação coletiva ajuizada em 2007. Todos os servidores têm direito à incorporação, mesmo os que acabaram de ingressar na carreira.

Os filiados ao Sintrajud podem procurar o setor jurídico do Sindicato para mais informações pelo telefone 3222-5833.

Servidores que ainda não são filiados e pretendem entrar com ação judicial para pleitear judicialmente os 13,23%, podem aproveitar esse momento para fazer sua filiação. É importante ressaltar que o Sindicato não cobra honorários dos seus filiados.

Além de organizar e financiar a mobilização da categoria, o Sindicato oferece aos filiados assistência jurídica e psicológica, convênios e outros benefícios. Com o seu apoio, o Sintrajud pode fazer ainda mais.



Reconhecimento administrativo

Na via administrativa, o direito aos 13,23% já foi reconhecido, para ser pago a todos os servidores, no Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP), no Superior Tribunal Militar (STM), no Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Amazonas e no Tribunal Regional do Trabalho (TRT) do Rio Grande do Sul.

O Tribunal Superior do Trabalho (TST) também reconheceu o passivo administrativamente, mas apenas para servidores que ganharam ação judicial. Além disso, o Tribunal orientou os TRTs para que fizessem o mesmo. O TJDFT também decidiu pela concessão administrativa, em dezembro do ano passado.

O TRT-2 começou a incorporar o índice à folha de pagamento desses servidores em janeiro do ano passado.

O Sintrajud busca o reconhecimento administrativo nos três tribunais (Trabalhista, Eleitoral e Federal), além de exigir o pagamento dos valores retroativos.

Veto ao PLC 28

Saiba quem votou contra os servidores

Entre os 49 deputados federais de São Paulo presentes à votação, 16 disseram “sim” ao governo e 3 se abstiveram

No final da noite de 17 de novembro de 2015, o Congresso Nacional manteve o veto da presidente Dilma Rousseff ao reajuste dos servidores do Judiciário Federal (PLC 28). Centenas de servidores lotavam as galerias da Câmara dos Deputados e outros milhares acompanhavam a votação em todo o país.

Foi uma das mais polêmicas e disputadas votações do parlamento no ano passado: com medo da derrota, o governo manobrou para que a apreciação do veto

fosse adiada várias vezes, contando com a ajuda do presidente do Congresso, senador Renan Calheiros (PMDB-AL), investigado pela Operação Lava Jato. Na sessão decisiva, Renan também deu uma força ao governo, restringindo a votação a 15 minutos.

Pressão

Além de realizar uma das maiores greves da história do Judiciário, no ano passado os servidores fizeram intensa

pressão sobre os parlamentares, cobrando um compromisso com a reposição salarial da categoria. Do outro lado, o governo seduzia deputados e senadores com a distribuição de cargos e verbas.

Nessa luta desigual, o veto ao PLC 28 foi mantido entre os deputados por apenas seis votos. Como a proposta havia iniciado sua tramitação pela Câmara, a apuração de como votariam os senadores não chegou a ser verificada.

Votaram pela derrubada do veto 251

deputados – eram necessários 257 para que os servidores fossem vitoriosos ali e os votos dos senadores fossem também apurados. Parlamentares afirmaram que havia ainda 55 deputados no Congresso, mas que não votaram. Dos 70 deputados federais de São Paulo, 49 compareceram à votação e 30 votaram com os servidores. Abaixo, estão os 16 que votaram pela manutenção do veto e os três que se abstiveram (Ana Perugini e Andrés Sanchez, do PT, e Renata Abreu, do PTN).

Votaram pela manutenção do veto



Ana Perugini (PT)



Andrés Sanchez (PT)



Arlindo Chinaglia (PT)



Capitão Augusto (PR)



Carlos Zarattini (PT)



Edinho Araújo (PMDB)



Evandro Gussi (PV)



José Mentor (PT)



Marcio Alvino (PR)



Miguel Lombardi (PR)



Milton Monti (PR)



Nilto Tatto (PT)



Paulo Teixeira (PT)



Renata Abreu (PTN)



Ricardo Izar (PSD)



Samuel Moreira (PSDB)



Tiririca (PR)



Valmir Prascidelli (PT)



Vicentinho (PT)

Faltaram à sessão e deixaram de dar o voto pelo reajuste



Alex Manente (PPS)



Antonio Bulhões (PRB)



Mendes Thame (PSDB)



Beto Mansur (PRB)



Carlos Sampaio (PSDB)



Fausto Pinato (PRB)



Goulart (PSD)



Guilherme Mussi (PP)



Herculano Passos (PSD)



Jorge T. Mudalen (DEM)



Luiz Lauro Filho (PSB)



Marcelo Squassoni (PRB)



Nelson Marquezelli (PTB)



Paulo Freire (PR)



Paulo Maluf (PP)



Ricardo Tripoli (PSDB)



Roberto Freire (PPS)



Sérgio Reis (PRB)



Sílvio Torres (PSDB)



Vicente Cândido (PT)



Vinicius Carvalho (PRB)